

HABEAS CORPUS Nº 502.431 - RS (2019/0094961-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ALEXANDRE AYUB DARGEL
ADVOGADO : ALEXANDRE AYUB DARGÉL - RS048757
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : ANDREIA BORGES GASPARONI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANDREIA BORGES GASPARONI contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Depreende-se dos autos que a paciente foi denunciada pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 1º, incisos I e II, c/c o art. 12, inciso I, ambos da Lei n. 8.137/1990, na forma do art. 71 do Código Penal (e-STJ fls. 50/54).

Após regular instrução processual, sobreveio sentença que julgou improcedente a denúncia, absolvendo a denunciada das imputações feitas pelo *parquet* federal, nos termos do art. 386, inciso VII, do CPP (e-STJ fls. 288/391).

Inconformado, o representante do Ministério Público Federal interpôs recurso de apelação criminal perante a Corte Regional, requerendo a condenação da ora paciente, diante da demonstração da materialidade e autoria delitiva nos autos.

Ao apelo ministerial foi dado provimento pela 7ª Turma do TRF-4, condenando ANDREIA, conforme os termos da denúncia, à pena de 2 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial aberto, e multa, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, determinando o início imediato do cumprimento da pena imposta.

Daí o presente *habeas corpus*, no qual o impetrante alega flagrante ilegalidade praticada pelo Tribunal *a quo*, uma vez que determinou a

execução antecipada das penas restritivas de direitos, em inobservância ao disposto no art. 147 da LEP e violando entendimento consolidado pelos Tribunais Superiores.

Aduz que o trânsito em julgado da condenação ainda não ocorreu, portanto, configurado, de plano, constrangimento ilegal em face da paciente.

Requer, liminarmente, seja suspensa a execução provisória, uma vez que há entrevista com a assistente social marcada para o próximo dia 9/4/2019 e audiência admonitória para o dia 15/8/2019. No mérito, seja cancelada a execução provisória, a fim de que se aguarde o trânsito em julgado.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, não obstante o esforço argumentativo da combativa defesa, assevero que, nessa análise perfunctória, não posso examinar a matéria em razão da não juntada aos autos do acórdão ora impugnado.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, após a vinda das informações pela autoridade apontada como coatora.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal

impetrado acerca do alegado na presente impetração, em especial cópia do acórdão que determinou a execução antecipada das penas restritivas de direitos e se houve o trânsito em julgado da condenação, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

